

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

Em atendimento ao dispositivo na lei 9.656 e instruções normativas do órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, divulgamos neste ato o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos Auditores Independentes da Operadora de Plano Privado de Assistência à Saúde Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda, sob o registro de Operadora ANS 41.275-9, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

**Política de Destinação de Lucros:** A Terramar Administradora de Planos de Saúde LTDA, preza pelo reinvestimento dos resultados advindos em operação, com fito em atender as garantias inerentes à sua atividade principal e a sustentabilidade da Operadora.

**Negócios Sociais e Principais fatos internos e/ou externos:** O exercício de 2022 foi muito desafiador para a saúde suplementar, pois, os efeitos da pandemia que outorga reduziram o consumo dos planos de saúde, sobretudo, no exercício de 2020, associado a redução do número de beneficiários pelos efeitos sociais relativos, como: índice de desemprego, achatamento da renda e inflação, embora ainda presentes, mas em curva de retomada, como pode ser observado pelo crescimento do número de beneficiários em 7% em relação ao período pré pandemia, registrando assim o maior quantitativo dos últimos sete anos. A retomada da economia a competitividade entre operadoras, a retomada da capacidade de atendimento da saúde suplementar e o interesse da população por planos de saúde, contribuiram para este fator. A retomada do mercado de saúde suplementar veio de encontro a retomada de produção assistencial por parte dos prestadores, associado a demandas de saúde reprimidas, achatamento da renda da população e orçamento apertado das empresas empregadoras, tendo como principais efeitos estagnação da receita provocada por contratação de planos mais baratos e aumento da despesa através do elevado consumo assistencial, registrando sinistralidade de 89%, 90% e 85% respectivamente no primeiro, segundo e terceiro trimestre, levando ao mercado de operadoras médico-hospitalares a um prejuízo de 3,4 bilhões até o 3º trimestre de 2022, caracterizando assim como o primeiro prejuízo trimestral da saúde suplementar da história desde a implantação da ANS. Dada a relevância do tema a Agência aplicou melhorias nas regras de capital regulatório através da publicação da RN 569 em substituição das RN's 514, 515 e 519 em menos de oito meses da publicação. No curso do exercício houveram mudanças significativas no processo de cobertura via decisões judiciais e emendas constitucionais, que embora tenham temática de alta relevância social, se traduzem em efeitos importantes sobre os custos e despesas assistenciais, sobretudo, no que se refere a judicialização da assistência médica, como por exemplo a queda do Rol taxativo frente ao judiciário e a retirada de limites das terapias para CID's específicos que alteraram as regras das Diretrizes de Utilização – DUT que norteiam a cobertura. No contexto do cenário nacional, já com a percepção do aumento do custo assistencial de 2021 e conhecendo a necessidade de melhor adequação dos produtos e preços, a Operadora contratou o Gestor Wanilton Gonçalves Junior, com vasta experiência no mercado de saúde suplementar em grandes grupos de saúde para desenho das ações necessárias para reequilíbrio do cenário interno da operadora, onde nas auditorias realizadas, identificou-se que o principal fator de desequilíbrio da carteira advinha dos produtos sob forma de contratação Coletivo por Adesão de uma administradora em específica e assim, foram tomadas providências para o cancelamento desses contratos com as devidas notificações para responsabilização da parte contratante, ademais, a auditoria apontou prestadores com práticas questionáveis em relação aos termos contratualizados, onde a operadora tomou as devidas providências para assegurar a assistência aos beneficiários em condições de qualidade e sustentabilidade. Ato contínuo foi contratado novo ERP para viabilização da gestão da Operadora, se trata do Facplan a Fácil informática que atende no total operadoras que somadas em capacidade de atendimento representam 7 milhões de beneficiários no Brasil e atende todas as

regras de governança, compliance e comunicação com a ANS. Tem por objetivo melhorar o processo de gestão da operadora. O grupo empresarial contratou como consultoria especializada a Galeazzi & Rossi Associados para planejamento e implementação das medidas necessárias para adequações de ordem econômico-financeiras, sobretudo, no que se refere a gestão de caixa. A operadora aumentou a sua abordagem em Atenção Primária à Saúde – APS através das clínicas QualiPex, buscando assim, maior resolutividade e qualidade no atendimento aos beneficiários, bem como melhor resultado técnico-assistencial, principalmente, com a instalação de nova clínica em Feira de Santana o principal município de atuação da operadora fora da região de saúde de Salvador, garantindo dessa forma assistência de qualidade aos beneficiários em consonância com as premissas estabelecidas pela ANS e organizações de saúde respeitadas internacionalmente. A finalização do exercício foi marcada pela garantia dos compromissos assumidos frente a parceiros, clientes e prestadores de serviços e manutenção do foco em crescimento, sustentabilidade e qualidade. **Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto:** No exercício de 2022 não houve alterações societárias ou no controle direto ou indireto da Operadora.

**Perspectivas e planos de administração para os exercícios seguintes:** A proposta da Operadora para 2023 consiste em reestruturação econômico-financeira e operacional, onde a estrutura de gestão planejada pela operadora já com o amadurecimento de processos e implantação do ERP, impactando assim no ajustamento dos processos da operadora auferindo melhorias nos controles internos, maior segurança, maior eficiência operacional, melhorias nos níveis de serviço, maior agilidade na apuração de eventos avisados, ampliação na capacidade de atendimento aos usuários e ampliação no nível de compliance no que se refere a processos internos e externos. É esperado para os próximos exercícios aumento de performance profissional, uma vez que, a operadora remodelou a estratégia de prestação de serviços nas suas áreas mais críticas, garantindo assim, atuação profissional mais especializada e atualizada. A operadora busca também melhorar a sua relação com o mercado, tanto no que se refere a Clientes como para com os prestadores através de ajustes que viabilizem a melhoria da assistência prestada aos clientes e maior sustentabilidade nas relações, visto que, o modelo assistencial definido pela Operadora está fundamentada em entrega de valor aos beneficiários e clientes através de estratégias de gestão e cuidado, com foco de vendas na abrangência da operadora, sobretudo, no segundo semestre de 2023, a fim de garantir melhor performance de resultado econômico. Assim, a operadora espera promover uma relação com os seus parceiros ancorada nos propósitos da sustentabilidade, qualidade e segurança. **Descrição dos principais investimentos realizados:** Os investimentos realizados pela operadora no ano de 2022 foram sustentados através de recursos próprios. **Resumo dos acordos de acionistas:** No exercício de 2022 não houveram movimentações nessa direção. **Capacidade Financeira e a intenção de manter títulos e valores mobiliários:** A Terramar reassume o inarrável compromisso e declara, para os devidos fins, que manterá os títulos e valores mobiliários até o vencimento. **Emissão de debêntures:** No exercício de 2022 não houveram movimentações nessa direção. **Investimento em sociedades coligadas e controladas:** No exercício de 2022 não houveram movimentações nessa direção. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos Clientes, Parceiros, Rede Credenciada, Fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em incansáveis esforços que redundam na Administração efetiva e conjunta com Colaboradores indispensáveis para resultado obtido. Em especial aos Profissionais de Saúde que dedicam esforços, muitas vezes acima da capacidade humana de forma a movimentar esse mercado cuidando de vidas.

BALANÇO PATRIMONIAL - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO (Em R\$)	PASSIVO (Em R\$)		2022	2021
	2022	2021		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.272.589,11</b>	<b>8.198.314,47</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>27.264.687,18</b>
Disponível Realizável	810.143,55 9.462.445,56	406.714,99 7.791.599,48	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde Provisões de Prêmios/ Contraprestações - PIC	21.285.198,43 13.655.604,76
Aplicações Financeiras	3.493.982,43	3.689.039,34	Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prest.Serv. Assistenciais Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	7.794.232,74 4.779.407,35
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	1.152.980,69	1.045.544,88	Débitos de Operações de Assistência a Saúde	3.582.765,20 2.955.075,89
Aplicações Livres	2.341.001,74	2.643.494,46	Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios Comercialização sobre Operações	5.485.960,39 327.819,61
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5.500.959,27	3.759.496,74	250,86 603.517,41	603.517,41
Contraprestações Pecuniárias a Receber	5.500.959,27	3.759.496,74	250,86	4.742,60
Créditos Tributários e Previdenciários	38.997,10	7.785,45	502.655,73	4.742,60
Bens e Títulos a Receber	428.506,76	335.277,95	1.119.486,63	662.061,66
Despesas Antecipadas	-	-	662.061,66	3.774.914,39
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>23.526.923,48</b>	<b>21.231.987,84</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.600.902,80</b>
Realizável a Longo Prazo	136.321,16	-	933.922,61	6.240.670,46
Depósitos Judiciais e Fiscais	136.321,16	-	33.956.379,00	31.056.060,00
Investimentos	20.612.719,85	21.058.900,61	Reservas	19.060,00
Imóveis Destinados a Renda	20.612.719,85	21.058.900,61	Reservas de Lucros	19.060,00
Outros Investimentos	20.612.719,85	21.058.900,61	Prejuízos Acumulados	(33.041.516,39)
Imobilizado	2.621.292,47	32.156,23	9.060,00	(24.834.449,54)
Imobilizado de Uso Próprio	2.621.292,47	32.156,23	9.060,00	
Imobilizado Hospitalares Não Hospitalares	2.578.042,22 43.250,25	- 32.156,23	133.413,98 369.426,04	1.598.238,86 447.643,29
Intangível	156.590,00	140.931,00	369.426,04	447.643,29
			5.098.062,78	1.729.032,24
			5.098.062,78	1.729.032,24
			933.922,61	6.240.670,46
			31.056.060,00	31.056.060,00
			19.060,00	19.060,00
			19.060,00	19.060,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>33.799.512,59</b>	<b>29.430.302,31</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>33.799.512,59</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucro	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Totais
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.172.300,00	19.060,00	(18.001.122,62)	-	5.190.237,38
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	7.883.760,00	-	-	7.883.760,00	
Resultado do Exercício	-	-	(6.833.326,92)	(6.833.326,92)	(6.833.326,92)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	(6.833.326,92)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	31.056.060,00	19.060,00	(24.834.449,54)	-	6.240.670,46
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	496.342,11	496.342,11	496.342,11
Aumento de Capital Social	2.900.319,00	-	-	-	2.900.319,00
Resultado do Exercício	-	-	(8.703.408,96)	(8.703.408,96)	(8.703.408,96)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	(8.207.066,85)	(8.207.066,85)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.956.379,00	19.060,00	(33.041.516,39)	-	933.922,61

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO  
DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021	DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
			(Em R\$)	2022
Resultado do Exercício	(8.703.408,96)	(6.833.326,92)	Contraprest. Efetivas/Pr Ganhos de Oper./Pl. Ass. Saúde	48.907.897,25
(+) Depreciação/Amortização	446.180,76	196.116,24	Receitas com Operações de Assistência à Saúde	49.516.118,74
Ajustes de Exercícios Anteriores	(496.342,11)		Contraprestações Líquidas	52.602.955,05
Ajustes de Empréstimos e Financiamentos	(3.558.819,56)	(5.269.067,41)	(-) Variação das Provisões Técnicas	(3.086.836,31)
Ajustes Imobilizado	-		(-) Tributos Diretos de Oper./Pl. Ass. Saúde da OPS	(608.221,49)
Variação Intangível	(15.659,00)	(140.931,00)		(618.965,88)
<b>RESULTADO AJUSTADO</b>	<b>(12.328.048,87)</b>	<b>(12.047.209,09)</b>		
<b>(Aumento) Diminuição nos Ativos</b>	<b>(1.807.167,24)</b>	<b>(2.021.305,43)</b>		
Aplicações	195.056,91	(129.034,46)	<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(4.459.257,98)</b>
Créditos de Operações com planos de Assistência à Saúde	(1.741.462,53)	(2.383.911,71)		
Créditos Tributários e Previdenciários	(31.211,65)	(4.882,25)		
Bens e Títulos a Receber	(93.228,81)	427.422,05		
Despesas Antecipadas	-	-		
Depósitos Judiciais e Fiscais	(136.321,16)	69.100,94		
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	-		

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

**NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL A TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.**, com sede na Avenida Concrentrica, 04, Jardim Brasília, Camaçari - BA, sendo uma sociedade empresária limitada, regendo-se pelo Código Civil Brasileiro. A sociedade tem por objetivo social a atividade de serviços de administração de plano de assistência médica e de odontologia, medicina ocupacional, atendimento a pacientes em UTI móvel e ambulância e em outros serviços auxiliares à saúde, com registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **NOTA 02 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos pronunciamentos, nas orientações, nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e nas normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A administração da operadora autorizou a elaboração e conclusão das demonstrações contábeis em 31.mar./2023, considerando eventos subsequentes ocorridos até esta data. **NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **a) Ajuste a valor presente** Os elementos do Ativo e do Passivo decorrentes de operações de curto prazo ou longo prazo, são ajustados a valor presente, tornando por base a origem da transação, quando relevantes. **b) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")** A Lei nº 11.638/2007 e posteriores alterações determina análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e no intangível, com a finalidade de serem revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para o cálculo da depreciação e amortização. A Entidade por meio de laudos técnicos, identificou que seus bens estão contabilizados por valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, não necessitando de ajustes ao valor recuperável neste exercício. Para os bens móveis, por serem inexpressivos não foram elaborados laudos de recuperabilidade. E para os bens imóveis, a entidade amparada com base nos laudos realizados para fins de integralização desses bens ao capital social ocorridas nos exercícios de 2016, 2019, 2020 e 2021, não constatou necessidade de elaboração de novos laudos, em face de não haver indícios de desvalorização dos referidos bens durante esse período. **c) Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo** Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, rendimentos e atualizações monetárias. **d) Passivo Circulante e Não Circulante** Está representado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, quando conhecidos. **e) Regime de Escrituração:** É adotado o regime de competência para o regime das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, das despesas e dos custos, quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **f) Depreciações e amortizações** Os encargos de depreciação e amortização foram calculados com base em taxas determinadas na expectativa de vida útil e econômica dos bens e permitidas pela Legislação do Imposto de Renda. **NOTA 04. DISPONÍVEL** Está representado por numerários em caixa e em bancos conta depósitos. **NOTA 05. APLICAÇÕES FINANCEIRAS** Representadas por aplicações de renda fixa, registradas pelo valor original de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com saldo de R\$ 1.152.980,69 vinculadas junto à ANS, para cobertura das provisões técnicas, atendendo as normas vigentes, em atendimento as RN's 393/2015 e 521/2022. Sendo que as demais aplicações não vinculadas à ANS, no montante de R\$ 2.341.001,74 não vinculadas e não custodiadas classificadas no grupo de aplicações livres, atendendo as normas vigentes. **NOTA 06. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE** Estão registrados como Créditos de Operações de Planos de Assistência a Saúde, valores a receber referente contraprestações pecuniárias, contabilizadas pela emissão e não recebidas até a data do balanço, no montante de R\$ 9.662.157,51 deduzidos de provisão para perdas sobre créditos no valor de R\$ 4.161.198,24, resultando em saldo líquido na ordem de R\$ 5.500.959,27 em 31.12.2022 (R\$ 3.759.496,74 em 31.12.2021). A administração da operadora julga o saldo de PPSC constituído, suficiente para cobrir eventuais perdas no recebimento dos créditos a receber. **NOTA 07. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS** Representados por:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
IRRF a Compensar	38.790,46	7.578,81
ISS a Compensar	206,64	206,64
<b>TOTAL</b>	<b>38.997,10</b>	<b>7.785,45</b>

**NOTA 08. BENS E TÍTULOS A RECEBER**

Representados por:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos a Funcionários	13.502,35	1.845,29
Adiantamentos a Prestadores de Serviços Assistenciais	303.153,47	314.760,11
Adiantamentos a Fornecedores Diversos	6.036,00	301,60
Outros Créditos a Receber	105.814,94	18.370,95
<b>TOTAL</b>	<b>428.506,76</b>	<b>335.277,95</b>

**NOTA 09. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS - REALIZÁVEL À LONGO PRAZO**

Estão representados por:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Outros Bloqueios Judiciais	136.321,16	-
<b>TOTAL</b>	<b>136.321,16</b>	<b>-</b>

**NOTA 10. INVESTIMENTOS.** Representados por Imóveis - Edificações, no montante de R\$ 20.612.719,85 em 31.12.2022 (21.058.900,61 em 31.12.2021). Os Imóveis - Edificações em uso estão sendo depreciaos a taxa de 4% ao ano, cujas taxas são julgadas pela administração tecnicamente compatíveis com o tempo de vida útil e econômica estimada desses bens. Informamos ainda que os três imóveis integrados ao patrimônio da empresa em 30/09/2016, 30/10/2020 e 28/12/2021 estão em processo de regularização das escrituras devido trâmites burocráticos junto à Prefeitura e Cartórios.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021		
	Custo Original	Deprec Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	6.429.241,36	-	6.429.241,36	6.429.241,36
Edificações	15.631.518,64	1.448.040,15	14.183.478,49	14.629.659,25
<b>TOTAL</b>	<b>22.060.760,00</b>	<b>1.448.040,15</b>	<b>20.612.719,85</b>	<b>21.058.900,61</b>

**NOTA 11. IMOBILIZADO** O Imobilizado está representado por bens registrados pelos seus custos originais de aquisição, ajustados por encargos de depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2022, calculados a taxas usuais permitidas pela legislação do Imposto de Renda, cujas taxas são julgadas pela administração, tecnicamente compatíveis com o tempo de vida útil e econômica estimada dos bens.

Descrição	31.12.2022		31.12.2021	
	CUSTO ORIGINAL	DEPREC ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	VALOR RESIDUAL
Máquinas e Equipamentos (Hospitalar/Odontológico)	2.884.345,00	306.302,78	2.578.042,22	-
Máquinas e Equipamentos (Não-Hospitalar/Não Odontológico)	20.375,14	13.602,02	6.773,12	7.264,40
Informática	125.979,06	97.238,09	28.740,97	16.163,78
Móveis e Utensílios	44.067,91	36.331,75	7.736,16	8.728,05
<b>TOTAL</b>	<b>3.074.767,11</b>	<b>453.474,64</b>	<b>2.621.292,47</b>	<b>32.156,23</b>

**NOTA 12. INTANGÍVEL** Representado por Marcas Comerciais e por Sistemas de Computação "softwares", registrados ao custo de aquisição, ajustados por amortização a taxa de 20% a.a. Em 2021 foi contratualizado o sistema DR MARVIN, para realização de auditoria de contas médicas, estando em fase de implantação até a data de encerramento do exercício.

Descrição	31.12.2022		31.12.2021	
	Custo Original	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Sistemas de Computação Softwares (Hospitalar/Odontológico)	65.000,00	65.000,00	-	-
Marcas e Patentes	2.050,79	2.050,79	-	-
Sistemas de Computação Softwares (Hospitalar/N Odontológico)	156.590,00	-	156.590,00	140.931,00
<b>TOTAL</b>	<b>223.640,79</b>	<b>67.050,79</b>	<b>156.590,00</b>	<b>140.931,00</b>

**NOTA 13. PROVISÕES TÉCNICAS - Circulante e Não Circulante** A operadora constitui as Provisões Técnicas estabelecidas conforme RN's 393/2015, 442/2018 e 476/2021 na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Provisão de Insuficiência de Prêmio/Contraprestação - PIC (i)	4.422.240,10	1.831.745,90
Provisão de Eventos a Liquidar - Ressarcimentos ao SUS Curto e Longo Prazo (ii)	7.927.646,72	6.377.646,21
Provisão de Eventos a Liquidar - Outros Prestadores (iii)	3.582.765,20	2.955.075,89
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (iv)	3.763.252,06	3.455.244,80
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA SUS (v)	1.722.708,33	634.130,82
<b>TOTAL</b>	<b>21.418.612,41</b>	<b>15.253.843,62</b>

(i) Refere-se Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC, introduzida pela RN 442/2018, que alterou a RN 393 sobre provisões técnicas. Diante da pandemia, a ANS definiu que a provisão seria obrigatória a partir de janeiro de 2021, tendo a possibilidade de ser composta gradualmente em 24 meses, mantendo-se a exigência integral até dez/22. reconhecidos e provisionados conforme normas da ANS. (ii) Refere-se a cobranças de Ressarcimentos ao SUS, geradas por realização de atendimentos médicos na rede pública aos usuários do plano, conforme art. 32 da Lei 9.656/98, reconhecidos e provisionados conforme normas da ANS. (iii) São registrados com base nas faturas de prestadores de serviços, na data em que estas são apresentadas à operadora, em contrapartida com as contas de despesas de eventos conhecidos ou avisados. (iv) Representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor para operadoras de médio e grande porte, deve ser por metodologia própria baseada em cálculo e nota técnica atuarial encaminhada à ANS. A operadora, por meio de Nota Técnica Atuarial da metodologia própria encaminhada à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, constituiu referida Provisão, cujo saldo em 31.12.2022 é de R\$ 3.763.252,06 (R\$ 3.455.244,80 em 31.12.2021). (v) Refere-se Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados do SUS - PEONA SUS refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS) (realizados pelos beneficiários da operadora) que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pela ANS à operadora, introduzida pela RN 442/2018, que alterou a RN 393 sobre provisões técnicas. Diante da pandemia, a ANS definiu que a provisão seria obrigatória a partir de janeiro de 2021, tendo a possibilidade de ser composta gradualmente em 24 meses, mantendo-se a exigência integral até dez/22. reconhecidos e provisionados conforme normas da ANS. Anualmente, a ANS atualiza o estudo que define os parâmetros do fator individual e o fator todo do setor podendo estabelecer alterações na regra padrão, como a ocorrida em dezembro de 2021. De acordo com a deliberação realizada na 567ª reunião da DICOL, a PEONA SUS pode ser constituída gradualmente, de forma linear, ao longo de treze meses, iniciando em dezembro de 2021. O período de cobertura do risco da totalidade dos contratos/beneficiários da operadora inicia-se no primeiro dia e termina no último dia de cada mês, consequentemente não apresentando em seu passivo saldo de Provisão de Contraprestações Não Ganhos - PPCNG ao final de cada mês.

**NOTA 14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE** Representados por obrigações com Despesas de Comercialização de Planos (comissões a pagar) com saldo de R\$ 327.568,75 e por Contraprestações Pecuniárias Recebidas Antecipadamente com saldo de R\$ 250,86, resultando no montante de R\$ 327.819,61 na data de 31.12.2022 (R\$ 603.517,41 em 31.12.2021). **NOTA 15. PROVISÕES** O saldo de IRPJ e CSLL devedor de R\$ 4.742,60 em dezembro de 2021, foi parcelado em 30/05/2022 em transação extraordinária na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). **NOTA 16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - CURTO E LONGO PRAZO** Estão representados por débitos de impostos, contribuições e encargos sociais atualizados de acordo com a legislação em vigor, sendo que parte encontra-se sob processos de parcelamento. No curto prazo estão registrados os débitos a vencer até o término do exercício seguinte e no longo prazo, débitos a vencer após o término do exercício seguinte. Em março de 2015 foi realizado o parcelamento ordinário do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS do período de Abril de 2014 a Dezembro de 2014. Em Setembro de 2015 foi realizada a consolidação do Parcelamento Imediato de 12.996/2014 com redução da dívida, sendo utilizado R\$ 184.038,73 do estoque de Prejuízo Fiscal. Em 2016 foram efetuados parcelamentos simplificados. Em 2017 foram efetuados parcelamentos especiais PERT. Em 2019 foi realizado o parcelamento do ISS, PIS e COFINS de competências do ano 2018 e 2019 e IRPJ e CSLL da competência 2018. Em 2020 a empresa realizou um novo parcelamento dos tributos de 2020, que ficaram inadimplentes até Nov/2020. Em 2022 foram realizados os parcelamentos de transação excepcional na PGFN referente a demais débitos e débitos previdenciários, e foram realizados dois parcelamentos na RFB referente a demais débitos e débitos previdenciários.

**NOTA 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR** Refere-se a saldo devedor e antecipação de recebíveis junto a instituições financeiras e utilização de limites de contas garantidas, com saldo de R\$ 450.633,48 em 31.12.2022 (R\$ 502.655,73 em 31.12.2021). **NOTA 18. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS - LONGO PRAZO** Estão representadas por valores de processos trabalhistas sob discussão judicial, no montante de R\$ 30.189,94 classificados com probabilidade de perda "possível" com base em posição atualizada fornecida pelos advogados, cujo montante é apenas divulgado na presente nota, conforme permitido pelas normas contábeis. A operadora possui também diversos processos cíveis, porém a maioria classificada por seus advogados com probabilidade de perda "possível". O montante de processos cíveis classificados com probabilidade de perda "provável" soma

R\$ 345.981,33 em 31.12.2022 (R\$ 424.198,58 em 31.12.2021), cujo montante encontra-se provisão em seu Balanço Patrimonial. Em 31.12.2022 os processos cíveis avaliados com probabilidade de perda "possível" montavam em R\$ 5.698.449,53 (R\$ 5.666.198,28 em 31.12.2021), cujos montantes são apenas divulgados na presente nota, conforme permitido pelas normas contábeis. A operadora também registra Provisão para processo de ISS junto a Prefeitura de Camaçari, no montante de R\$ 23.444,71, embora referido processo esteja avaliado com probabilidade remota de perda.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis da **TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** Em 31.12.2022 a operadora apresenta insuficiência de Ativos Garantidores para cobertura de suas Provisões Técnicas, insuficiência de Margem de Solvência e de Capital Regulatório, dessa forma não atendendo ao que determinam as RN's 393/2015, 521/2022, 526/2022 e 569/2022 da ANS. Esta situação poderá ser sanada com planejamento estratégico, redução de custos, aumento de receitas, readequação operacional, aportes financeiros, integralização de bens ao capital social, aliado à melhoria substancial de sua margem operacional. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditados, para os quais emitimos Relatório de opinião dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, datado de 30 de março de 2022, sem ressalva e com parágrafo de ênfase sobre insuficiência de Ativos Garantidores e de Margem de solvência. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações

contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Recomendamos observar as informações confidenciais no parágrafo de Ênfase do presente relatório. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES CRC-PR-03364/O-0 ALFEU DE MELO Contador CRC-PR-003992/O-0